



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 320 – Junho/2014

Período de: 21/06/2014 a 27/06/2014

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 8.270	DOU; 27/06/2014	Institui o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc e seu comitê gestor, e dá outras providências.	Dec. 8.270 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.002	DOU; 23/06/2014	Obriga a realização do Protocolo de Avaliação do Frênulo da Língua em Bebês.	Lei 13.002 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.003	DOU; 25/06/2014	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços.	Lei 13.003 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.004	DOU; 25/06/2014	Altera os arts. 1º, 4º e 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir, entre as finalidades da ação civil pública, a proteção do patrimônio público e social	Lei 13.004 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.008	DOU; 27/06/2014	Dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e acrescenta-lhe o art. 334-A.	Lei 13.008 (Site da Presidência da República)

LEI Nº 13.010	DOU; 27/06/2014	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	Lei 13.010 (Site da Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 146	DOU; 26/06/2014	Estende a estabilidade provisória prevista na alínea <i>b</i> do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.	Lei Compl. 146 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA DE PRAZO Nº 107, da Secretaria	DJE/STF; 27/06/2014	Comunica que, durante o período de 2 a 31 de julho de 2014, os prazos processuais ficarão suspensos e o expediente, na Secretaria do Tribunal, será das 13 às 18 horas.	Port. 107 (Site do STF)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
NOTA TÉCNICA Nº 18	DJE/STJ; 27/06/2014	Manifesta pela não aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n. 59, de 2013 em tramitação no Senado Federal, que acrescenta o art. 93-A à Constituição Federal, dispondo sobre o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário.	Nota Téc. 18 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 107	DJE/STJ; 24/06/2014	Regulamenta, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que trata do acesso a informações e dá outras providências.	Res. 107 (Site do STJ)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 21.335	Minas Gerais; 27/06/2014	Fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente ao ano de 2014.	Lei 12.335 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 3.000	DJE; 24/06/2014	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca Tombos.	Port. 3.000 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.001	DJE; 24/06/2014	Constitui grupo de trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da Resolução nº 194, de 2014, do Conselho Nacional de Justiça.	Port. 3.001 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.002	DJE; 26/06/2014	Dispensa magistrados e servidores das funções que especifica.	Port. 3.002 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.003	DJE; 26/06/2014	Dispensa Desembargador da função de Coordenador do Programa Novos Rumos.	Port. 3.003 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.004	DJE; 26/06/2014	Dispensa Juízes de Direito das funções que especifica.	Port. 3.004 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.005	DJE; 26/06/2014	Dispensa Juiz de Direito das funções que especifica.	Port. 3.005 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.006	DJE; 26/06/2014	Convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 3.006 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.008	DJE; 27/06/2014	Altera a Portaria n. 2.498, de 22 de setembro de 2010.	Port. 3.008 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.009	DJE; 27/06/2014	Designa Juízes de Direito para auxiliar os trabalhos da Presidência do Tribunal de Justiça, nos procedimentos que especifica.	Port. 3.009 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.010	DJE; 27/06/2014	Dispensa Juiz de Direito das funções que especifica.	Port. 3.010 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 357	DJE; 24/06/2014	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Tombos	Port. Conj. 357 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 358	DJE; 25/06/2014	Seleciona comarcas para atuação do Núcleo de Apoio à Prestação Jurisdicional do Interior (NAPI).	Port. Conj. 358 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 359	DJE; 27/06/2014	Institui o Manual de Atos Normativos do TJMG.	Port. Conj. 359 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 360	DJE; 27/06/2014	Dispõe sobre a participação de servidores em ações de formação e desenvolvimento profissional.	Port. Conj. 360 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 33	DJE; 23/06/2014	Publica lista geral de vacância, divulgada por meio do Aviso nº 31/CGJ/014, com indicação dos serviços notariais e de registro vagos e que se encontram aptos a serem oferecidos em concurso público.	<p style="text-align: center;">Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmq.jus.br</p> <p style="text-align: center;">ou</p> <p style="text-align: center;">Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmq.jus.br/portal/egislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p>
AVISO Nº 34	DJE; 25/06/2014	Publica as novas vacâncias dos serviços notariais e de registro comunicadas à Corregedoria Geral de Justiça após a edição do Aviso nº 30/CGJ/2014.	
AVISO Nº 35	DJE; 25/06/2014	Republica, retifica e atualiza a lista geral de vacância, divulgada por meio do Aviso nº 33/CGJ/2014, com indicação dos serviços notariais e de registro vagos e que se encontram aptos a serem oferecidos em concurso público.	
PORTARIA Nº 3.223	DJE; 25/06/2014	Designa o Dr. José Henrique Mallmann, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Poços de Caldas, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	
PORTARIA Nº 3.239	DJE; 25/06/2014	Regulamenta o sorteio eletrônico para composição de colegiado para atuar em processos ou procedimentos que tenham por objeto crimes praticados por organizações criminosas.	
PORTARIA Nº 3.259	DJE; 23/06/2014	Designa a Dra. Andreyra Alcântara Ferreira Chaves, Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude e de Precatórias Cíveis da Comarca de Governador Valadares, para o exercício das “atribuições de fiscalização,	

		orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	
PORTARIA Nº 3.260	DJE; 23/06/2014	Dispõe sobre a implantação do Sistema Hermes - Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em diversas comarcas do interior do Estado de Minas Gerais.	
PORTARIA Nº 3.263	DJE; 23/06/2014	Designa o Dr. José Henrique Mallmann, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Poços de Caldas, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br
			ou
			Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/egislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm
PORTARIA CONJUNTA Nº 15	DJE; 27/06/2014	Dispõe sobre o acesso de órgãos da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ao Sistema Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.	
PORTARIA CONJUNTA CGJ/PGJ/SES/ SEDS/ PCMG Nº 14	DJE; 25/06/2014	Dispõe sobre o leilão de veículos gravados com impedimento judicial pela Justiça Estadual e apreendidos pelo Departamento de Trânsito de Minas Gerais – DETRAN-MG.	
PROVIMENTO Nº 269	DJE; 27/06/2014	Dispõe sobre a tramitação direta dos Inquéritos Policiais entre a Polícia Judiciária e o Órgão do Ministério Público.	
PROVIMENTO-CONJUNTO Nº 33	DJE; 23/06/2014	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 22 e do inciso II do art. 23 do Provimento-Conjunto nº 15/2010.	

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.